

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional*, n.º. 24, p.195-203, 1996.

VERGER, P.; BASTIDE, R. *Contribuição ao estudo dos mercados negros do baixo Benin*. São Paulo: Corrupio, 1992.

ASSOMBRAÇÕES DE UM PADRE REGENTE: DIOGO ANTONIO FEIJÓ (1784-1843).

Fernando Arthur de Freitas Neves
Universidade Federal do Pará

A tentativa empreendida por Magda Ricci de responder quem era Feijó já veio agregada dos sentidos presentes entre aqueles a lhe anteceder ao se aventurarem em desnudar a personagem que marcou a regência do Estado Imperial. A sorte de um político, religioso e liberal, quem sabe... religioso, político e liberal ou talvez, liberal, religioso e político, foi extremamente densa na orquestração dos planos e projetos de um moralizador na aurora da nação brasileira.

Volteando sobre as possibilidades de confecção de Feijó, a autora pretende demonstrar faces humanas do biografado ao defrontar-se com os problemas recorrentes na sociedade do século XIX. Assim, longe de eleger um ângulo exclusivo para compor o retrato de Feijó, a solução apresentada em *Assombrações de um Padre regente* é de perceber o nexo tenso entre as opções elaboradas para suprir as necessidades de implantar o modelo liberal no Brasil. Os instantes de dúvidas e incertezas são valorizados para visualizarmos como estava sendo processada a experiência de um senhor de escravo que intentava construir um projeto de abolição da escravidão capaz de converter-se em resposta política e econômica de uma sociedade carente de moral. Nesse exemplo, podemos extrair a constituição de um método forjado na comunidade rural, lugar onde Feijó cresceu.

Anteriormente, em outros estudos, a paternidade do regente fora objeto de intenso interesse. Devido a essa obscuridade, tentou-se assinalar uma marca indelével de caráter motivada pela falta de reconhecimento. Contudo, a alternativa de interpretação de Ricci foi privilegiar o território onde os proprietários de escravos estabeleciam suas famílias, para identificar um ethos na composição do saber ser proprietário de escravo no Brasil. Desse modo, a polêmica se Feijó teria nascido em S. Paulo, Itú, São Carlos ou Campinas é subtraída, embora não seja descartada, para ser enlevada pela experiência que se particularizou em sua vida. Apesar de nascido na

capital da Província, é no campo que irá fiar a rede de intervenções que pautaram sua vida. Aqui vemos a lida na terra, esteio da sociedade escravocrata, colocando o problema da mão-de-obra em concorrência com a crescente valorização do trabalho livre da sociedade liberal; o componente moral oferecido pelos religiosos da comunidade patrocínista, difundindo um ideário de humildade e assistência aos aflitos que sem ter a quem recorrer colocam sua guarda sob o favor da igreja de Nossa Senhora do Patrocínio; a família e seus componentes de agregados, compósitos e articulações de dependentes sitiantes e escravos num desenho alargado de família e comunitarismo. Imerso nas lutas políticas entre o desejo de autonomia às províncias, representado por forças liberais muito heterogêneas e os exercícios de poder político efetivo, ele apreendeu a necessidade de investir na autoridade, símbolo da ordem da sociedade política, e na sociedade civil. Feijó, na administração do governo, quando foi oportuno, mobilizou sua vivência para ratificar esse método.

Ao longo de quase 2000 anos, as relações entre o Estado e a Igreja tiveram aproximações e distanciamentos definindo as margens sob as quais os organismos de governo exercitaram o poder político e religioso. Gilvan Ventura Santos demonstrou como o Basileus, no IV século da era cristã, disciplinou o clero na legitimação do poder imperial. A história de longa duração do cristianismo assinala interpenetração da instituição religiosa no estado, a ponto de converter-se em poder político na Idade Média, antes da autoridade religiosa ser subsumida pela modernidade em resposta à reforma. Contudo, o traçado das relações entre Igreja e Estado na Península Ibérica, e depois estendido ao novo mundo, solidificou o exercício do privilégio da autoridade da coroa sobre a comunidade eclesiástica. Desta feita, o regalismo português serviu de exemplo ao padroado, novamente validando o modelo de ascendência do Estado sobre a Igreja. Portanto, Padre Feijó não se sentia um traidor do catolicismo ao postular uma obediência ao interesse da nação, representado pelo Estado e consagrado na constituição; até mesmo naquilo que feria a tradição do catolicismo, como o fim do celibato ou a proibição da entrada de ordens religiosas estrangeiras. O religioso cosmopolita que fora membro das cortes em Portugal e depois deputado constituinte aliava sua lealdade ao projeto de nação e ao sentimento de defesa intransigente do que considerava seu

dever de manter a Igreja como responsável pelo zelo moral. Sendo acusado de mau padre, fato que se tornou costume entre seus desafetos durante o período em que estava imerso na política imperial, ao fim da vida como religioso retorna aos braços da Igreja, denegando as teses que outrora defendera. Ricci demonstra como essa memória foi cultivada por parte da Igreja, mas é seguro reconhecer que entre os polemistas do patrocínista Feijó estavam o núncio apostólico, bispos e padres, todos denunciando um sentido de autonomia para Igreja que recusa ser controlada por um poder temporal liberal.

As divisões entre as esferas religiosa e política foram seguidas por outros biógrafos de Feijó. Porém, de grande relevância é o diálogo com a noção de “ideologia religiosa”, tese sustentada por Luís Talassi o qual procura determinar os usos da religião na elaboração de uma *démarche* sobre o mundo. O objetivo dessa investida é salvaguardar a influência dos religiosos contra o que foi considerado uma perda de prestígio pela Igreja. Por esta via, padre Feijó é entronizado como campeão do catolicismo, pelo menos essa é a tentativa ultramontana de vesti-lo como adstrito aos planos da santa Igreja. Contudo, essa memória não se sustenta exatamente pelo voto do padre regente, constituinte, ministro da justiça e posteriormente senador a favor da liberdade do Estado frente à Santa Sé.

Na atividade jornalística, o padre vai propor um ideal justiceiro que alarga o preceito moral. No periódico *O Justiceiro*, a tinta do moralizador Feijó contra o que considera “desvios de comportamento”, ditando regras de bem viver, apontando caminhos de regeneração, reconhecendo acertos, reclamando uma postura na vida civil e na vida pública. Isto é o “empregado público” como síntese a censurar e a moldar um bem viver moralizado; é o fulcro das perspectivas reconhecidas como justas em sua concepção de mundo. Por meio desse ideário, há de intervir na vida privada mesma, ampliando o raio de ação da esfera pública até o estabelecimento de um código de condutas eficazes contra as licenças tomadas contra a coisa pública.

Observar o modo como o liberal Feijó enfrentou os dilemas de seu tempo, construindo uma saída capaz de revolver as acomodações quanto à escravidão ou aos comportamentos lascivos, fez sua liderança efetivar opções para o domínio legal institucional assim como para vida

doméstica. Magda Ricci o percebeu “embora (dotado) de um ‘espírito liberal’, era o tipo do político ‘independente’, que brilhava como homem da ordem, na anarquia de 1831, e seria superado na política de 1832 ou de 1837. Hábil na ação e na mobilização, Diogo Feijó não era para acordos políticos e no governo como o parlamento”. Esse retrato do padre regente pode emoldurar-se ao lado dos outros que figuram na capa do livro da autora. Mas lhe escapa que o anseio de ordem traduz mais uma característica constitucionalista do que liberal. Neste sentido, talvez Feijó estivesse melhor na companhia de Kant.

É necessário ressaltar que a apropriação do ideário de liberdade pelo liberalismo não significa uma apreensão do contingente pelo continente, pois um e outro encerram o devir da experiência e do sentimento, não cabendo, portanto, serem tomados como sinônimos. Hanna Arendt assinalava que a libertação é condição de liberdade ou para liberdade, mas não permitia que esses termos se confundissem. Deste modo, a crença na liberdade será mediada por muitas outras características do estados ibéricos, como exemplo temos o veio patrimonialista apontado por Raimundo Faoro, ancorado nas teses de Weber. Derrida há poucos anos trouxe à tona um espectro que insistia em ficar insepulto por mais que lhe atirassem à cova por várias vezes. Marx primara por sua irredutibilidade não permitindo ainda em vida que sua memória fosse acoimada de pragmática ou de idealista. Fossem ou não simpáticos ao seu biografado, pudemos inferir sobre esse gênero uma salutar pretensão em compreender as tramas e vicissitudes dos sujeitos que plasmaram sua imagem no prosclênio da história.

Tem uma coisa que ainda me incomoda. Magda Ricci insiste que padre Feijó era antes de tudo um padre do interior paulista. Contudo, entre as muitas pinturas na capa do livro, em nenhuma sequer ele é retratado de batina.

RESUMOS/ABSTRACTS

1. DO CARNAVAL DA INTENDÊNCIA À FOLIA AMAZÔNICA: A FESTA DE MOMO EM BELÉM DO PARÁ (1895-1925)*

Resumo: Discute-se a história do carnaval em Belém do Pará, do final do século XIX até meados da década de 1920. A partir da análise de relatórios oficiais, leis e posturas municipais, de obras literárias e da imprensa, pretende-se entender o carnaval como campo de conflitos e disputas, por meio das quais eram forjadas diferentes imagens da cidade e da nação.

Palavras-chave: carnaval, literatura, identidade, cidade, nação.

FROM THE CARNIVAL OF THE “INTENDÊNCIA” TO THE AMAZONIC “FOLIA”: CARNIVAL IN BELÉM DO PARÁ (1895-1925)

Abstract: This article traces the history of carnival in Belém do Pará from the end of the nineteenth century until the 1920s. Working with documents like official reports, municipal legislation, literature and newspapers, we try to understand the carnival as a field of controversy and conflict, which created distinct images of the city and the nation.

Key-words: carnival, literature, identity, city, nation.

2. PEDRO II E PERY: MECENATO, INDIANISMO E ÓPERA NO MITO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Resumo: Objetiva-se provocar alguma reflexão sobre a idéia e o conceito de nação, na forma como emergem nos quadros políticos e ideológicos da Europa na passagem do século XVIII ao XIX, e assim contingenciando todo o desenrolar do nacionalismo romântico europeu oitocentista. Essa reflexão, passa, então a ser projetada sobre o Brasil, numa tentativa de argüir à formação do mito da nação brasileira, processo cujos simbolismos atrelavam-se a realidades concretas: o mecenato de Pedro II, o indianismo como narrativa literária e estética política e a ação intelectual de seus grandes construtores, como José de Alencar e Carlos Gomes.

Palavras-chave: pátria, nação-nacionalismo, indianismo, língua, memória coletiva, cultura, cultura oficial, cultura institucional, mecenato, simbologias, liturgias cívicas, exaltação, sociedade e cultura mundana.